

- 1- ATAS
 - 1.1- 83ª Reunião Ordinária de Debates
 - 1.2- 41ª Reunião Especial da Assembléia Legislativa, em 28 de novembro de 1996, Destinada a Comemorar os 25 Anos da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais-CDI
 - 1.3- Reunião de Comissão
 - 2- MATÉRIA VOTADA
 - 2.1- Plenário
 - 3- ORDENS DO DIA
 - 3.1- Plenário
 - 3.2- Comissões
 - 4- EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO .
 - 4.1- Plenário
 - 4.2- Comissão
 - 5- TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
 - 6- PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR
 - 7- MATÉRIA ADMINISTRATIVA
 - 8- ERRATAS
-

ATAS

ATA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 2 DE DEZEMBRO DE 1996

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Atas - Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 1.046/96 - **Comunicações:** Comunicações das Comissões de Fiscalização Financeira, de Administração Pública, de Direitos e Garantias Fundamentais e de Saúde e Ação Social e do Deputado Simão Pedro Toledo - **2ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações Apresentadas - ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.**

COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Antônio Andrade - Clêuber Carneiro - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Elbe Brandão - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Jairo Ataíde - João Leite - José Bonifácio - José Henrique - Luiz Antônio Zanto - Marco Régis - Olinto Godinho - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo.

ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário "ad hoc", para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

1ª Fase

Atas

- **O Deputado Marco Régis**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para a 1ª Fase do Pequeno Expediente.

- Nesta oportunidade, é encaminhada à Mesa a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI N° 1.046/96

Autoriza a COPASA e a CEMIG a celebrar convênios com entidades de natureza filantrópica com o objetivo de melhorar o atendimento das populações carentes.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° - Ficam autorizadas a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - e a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG - a celebrar convênios com entidades de natureza filantrópica voltadas para a assistência médico-hospitalar, com o objetivo de melhorar o acesso e o atendimento das populações carentes, nos termos desta lei.

Parágrafo único - Para os objetivos desta lei, somente poderão ser firmados convênios com Santas Casas de Misericórdia ou com instituições hospitalares sem fins lucrativos, instaladas no Estado, declaradas de utilidade pública, que prestem assistência gratuita na área de saúde.

Art. 2° - A COPASA e a CEMIG promoverão, desde que expressamente autorizadas pelos usuários, o arredondamento dos centavos em suas faturas mensais de cobrança, até o valor unitário imediatamente superior à fração monetária.

§ 1° - A autorização de que trata o artigo poderá ser revogada unilateralmente pelo usuário, a qualquer momento e sem necessidade de justificação, não lhe gerando ônus de qualquer natureza.

§ 2° - O valor do arredondamento constará nas faturas, em espaço próprio.

§ 3° - Os recursos arrecadados na forma deste artigo somente poderão ser empregados em atividades que envolvam a melhoria de atendimento médico-hospitalar prestados de forma gratuita para a população, incluindo-se a compra e a manutenção de equipamentos e a remuneração de trabalhadores na área de saúde.

Art. 3° - Os recursos arrecadados na forma desta lei serão depositados em conta remunerada específica, no Banco do Estado de Minas Gerais - BEMGE -, para a posterior distribuição às entidades conveniadas.

§ 1° - Os recursos serão distribuídos após apreciação de pedido por parte de uma comissão composta por representantes de órgãos e entidades indicados em decreto do Governador do Estado.

§ 2° - Os recursos serão distribuídos semestralmente, e deste fato será dada ampla publicidade, especificamente no que se refere aos valores destinados a cada beneficiado.

Art. 4° - A fiscalização da aplicação dos recursos repassados na forma desta lei ficará a cargo da comissão a que se refere o § 1° do art. 3°, e a destinação inidônea pela entidade conveniada implicará a imediata denúncia do convênio e a restituição dos valores repassados, monetariamente corrigidos, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

Art. 5° - A COPASA e a CEMIG farão constar em suas faturas, pelo período mínimo de 3 (três) meses, informações acerca do disposto nesta lei.

Art. 6° - Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 7° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 1996.

José Bonifácio

Justificação: É conhecida de todos nós a situação caótica por que passa a saúde pública neste País. Muitas vezes, ficamos sabendo de tragédias, como as recentes mortes ocorridas em uma clínica para idosos no Rio de Janeiro e em um hospital de Caruaru, PE, provocadas por contaminação de água e falta de higiene.

Muitas são as razões que levam a saúde pública a esse quadro indesejável, mas quase todas têm origem na escassez de recursos, que conduz à superlotação, à falta de assistência, higiene e segurança nos hospitais, à inexistência de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, etc.

Por outro lado, vemos surgir a ação corajosa de entidades filantrópicas, que lutam incansavelmente para manter os serviços de saúde gratuitos para uma parte da população, que não teria como buscar outro tipo de atendimento.

É sobretudo com a intenção de ajudar essas entidades em sua luta para conseguir recursos que se apresenta o projeto em tela, cujo objetivo é criar mecanismos de participação da sociedade em processos que buscam melhoria da saúde pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Saúde e Ação Social e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 103, do Regimento Interno.

COMUNICAÇÕES

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Fiscalização Financeira, de Administração Pública, de Direitos e Garantias Fundamentais e de Saúde e Ação Social e do Deputado Simão Pedro Toledo.

2ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo oradores inscritos para a 1ª Fase, a Presidência

passa à 2ª Fase do Pequeno Expediente, compreendendo a leitura de comunicações e pronunciamentos de Líderes inscritos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

Leitura de Comunicações Apresentadas

- A seguir, a Presidência dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais - aprovação, na 32ª Reunião Ordinária, do Requerimento nº 1.832/96, do Deputado João Batista de Oliveira; pela Comissão de Saúde e Ação Social - aprovação, na 58ª Reunião Ordinária, dos Projetos de Lei nºs 332/95, do Deputado Geraldo Rezende; 883/96, do Deputado Wanderley Ávila; 903/96, do Deputado Sebastião Costa; 946 e 958/96, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, e 963/96, do Deputado Kemil Kumaira; pela Comissão de Fiscalização Financeira - rejeição, na 45ª Reunião Ordinária, do Requerimento nº 1.796/96, do Deputado Dimas Rodrigues; pela Comissão de Administração Pública - aprovação, na 50ª Reunião Ordinária, do Projeto de Lei nº 925/96, do Deputado João Leite (Ciente. Publique-se.); e pelo Deputado Simão Pedro Toledo - falecimento do Sr. José Fernandes Nascimento, em Pouso Alegre (Ciente. Oficie-se.).

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Não havendo outras comunicações a serem feitas, Líderes inscritos nem oradores para o Grande Expediente, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 3, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária deliberativa da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 41ª REUNIÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM DE 28 NOVEMBRO DE 1996, DESTINADA A COMEMORAR OS 25 ANOS DA COMPANHIA DE DISTRITOS INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS - CDI

Presidência dos Deputados Wanderley Ávila e Sebastião Navarro Vieira

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - Ata - Designação de comissão - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Apresentação de vídeo - Palavras do Deputado Francisco Ramalho e do Sr. Baldonado Arthur Napoleão - Entrega de placa - Palavras do Sr. Presidente - **ENCERRAMENTO.**

COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Maria José Haueisen - Ajalmar Silva - Álvaro Antônio - Anderson Aduato - Anivaldo Coelho - Antônio Genaro - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Ivo José - Jairo Ataíde - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Bonifácio - Kemil Kumaira - Marco Régis - Maria Olívia - Olinto Godinho - Péricles Ferreira - Sebastião Costa - Wilson Trópia.

ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Sebastião Navarro Vieira) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a Sra. 2ª-Secretária, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

A Deputada Maria José Haueisen, 2ª-Secretária, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Designação de Comissão

O Sr. Presidente - A Presidência designa os Deputados Francisco Ramalho, José Bonifácio e Péricles Ferreira para, em comissão, conduzirem ao recinto deste Plenário as autoridades e demais convidados que se encontram no Salão Nobre.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Baldonado Napoleão, Presidente da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI -, representando o Sr. Eduardo Azeredo, Governador do Estado; Edgar Danilo Alves da Silva, representante das indústrias instaladas nos distritos industriais de Minas Gerais; Agnaldo Diniz Filho, Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais; Inácio Fernandes, representante da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião especial à comemoração dos 25 anos de fundação da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvirem o Hino Nacional.
- Executa-se o Hino Nacional.

Apresentação de Vídeo

O Sr. Presidente - Neste momento daremos início à apresentação do vídeo "CDI: Há 25 Anos Investindo no Desenvolvimento de Minas Gerais."

- Procede-se à apresentação do vídeo.

Palavras do Deputado Francisco Ramalho

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Francisco Ramalho, autor do requerimento que suscitou a realização desta reunião especial em homenagem à CDI.

O Deputado Francisco Ramalho - Exmos. Srs. Deputado Wanderley Ávila, 1º-Vice-Presidente desta Assembléia Legislativa; Baldonado Napoleão, Presidente da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI -, representando o Governador Eduardo Azeredo; empresário Edgar Danilo Alves da Silva, representante das empresas instaladas nos distritos industriais de Minas Gerais; Agnaldo Diniz Filho, Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais; Inácio Fernandes, representante da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio; Deputados, Deputadas; Prefeitos; Vereadores; senhoras e senhores.

Minas cresce. Do sonho de liberdade ao sonho do desenvolvimento, nosso Estado saltou rápido e firme para o progresso. Um grande marco desse notável desenvolvimento é a Companhia de Distritos Industriais, a CDI, que chega aos 25 anos e tem hoje, na presidência o notável companheiro Baldonado Arthur Napoleão.

São 25 anos de atuação como um dos mais importantes instrumentos de fomento ao desenvolvimento industrial. Nessa arrancada, a CDI-MG está pronta para atender a outro ciclo histórico das Minas Gerais que é o industrial. As Minas que são muitas, como disse o grande Guimarães Rosa, é o Estado que mais se desenvolveu no País nos últimos 15 anos.

Com os distritos industriais, base para os grandes investimentos, principalmente os internacionais, o Governador Eduardo Azeredo, com sua mão progressista, assegurou, entre recursos públicos e privados, investimentos da ordem de US\$15.000.000.000,00 de dólares para realizações até o final de 1998.

Criada em 21/10/71, no Governo de Rondon Pacheco, a Companhia de Distritos Industriais, uma sociedade de economia mista, surgiu com a missão precípua de promover o desenvolvimento industrial em todo o Estado. Seu ponto básico é comercializar áreas industriais dotadas de toda infra-estrutura que atenda às necessidades de implantação e instalação das empresas. Minas já contava com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG - garantindo apoio financeiro às empresas, bem como o Instituto de Desenvolvimento Industrial - INDI -, que estuda a viabilidade de projetos industriais e faz prospecção de oportunidades. A complementação do caminho para o desenvolvimento se deu com a criação da CDI, que, hoje, com todo orgulho, comemora os 25 anos.

Minas já estabiliza, em todo o Estado, 47 distritos industriais, ocupando uma área de 51.820.000m². Neles já estão instaladas 1.436 indústrias, que somam investimentos totais de R\$6.012.000.000,00, resultando em 150.960 empregos diretos. A CDI contribuiu, direta e indiretamente, para a abertura de aproximadamente 800 mil postos de trabalho em todo o Estado, neste quarto de século.

Vejam, senhores, alguns dos grandes projetos industriais da CDI: a instalação da Fiat Automóveis, em Betim; a Du Pont, em Uberaba; a Açominas, em Ouro Branco; a Cenibra, em Belo Oriente; e a Helibrás, em Itajubá. Dos 47 distritos industriais implantados, 35 estão no interior e 12 na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

E mais, em nova fase, a CDI está multiplicando sua atuação. Prepara a implantação dos distritos industriais de Barroso e Conselheiro Lafaiete e o segundo distrito em Juiz de Fora, onde já funciona a Siderúrgica Mendes Júnior e encontra-se em andamento toda a infra-estrutura da fábrica de automóveis Mercedes-Benz, que, até o final de 1998, estará produzindo 70.000 veículos, anualmente, gerando 1.500 empregos diretos e cerca de 5.000 indiretos.

São esses apenas alguns números de uma realidade. Eles fazem com que cada um de nós, mineiros, possamos, hoje, nos sentir orgulhosos de uma companhia voltada para o desenvolvimento. Em nova fase, a CDI está-se preparando para atuar em parceria com o setor da construção privada, o que, sem dúvida, concorrerá para o recebimento de inúmeros outros grandes empreendimentos.

É Minas, que são muitas, em um só caminho: o do desenvolvimento. É Minas que se orgulha de sua Companhia de Distritos Industriais, a que saudamos agora, pelos seus 25 anos de contribuição ao progresso. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Baldonado Arthur Napoleão

Sr. Deputado Wanderley Ávila, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa e Presidente desta reunião; Sr. Edgar Danilo Alves da Silva, representante das empresas instaladas nos distritos industriais de Minas e Presidente da Associação das Empresas do Distrito Industrial de Juiz de Fora; Sr. Agnaldo Diniz Filho, Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais; Sr. Inácio Fernandes, representante da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo de Minas; Sr. Deputado Francisco Ramalho, Líder da Bancada do PSDB nesta Casa e autor da proposta que permitiu esta reunião especial comemorativa dos 25 anos da CDI; Srs. Deputados presentes; Srs. Prefeitos atuais; Srs. Prefeitos eleitos; Srs. Vice-Prefeitos; Srs. Vereadores; Srs. Secretários Municipais; Srs. Presidentes de partidos políticos; Srs. empresários; Sr. Celso Melo Azevedo, ex-Presidente da CDI; Sr. Paulo Menecuci; Srs. dirigentes das

Associações das Empresas dos Distritos Industriais de Minas; Srs. empresários, prezados companheiros e funcionários da CDI; Srs. representantes dos órgãos da administração estadual que nos honram com suas presenças; senhoras e senhores, é com muito orgulho e satisfação que participamos desta solenidade que o altaneiro Poder Legislativo do Estado realiza em homenagem à CDI, pelos seus 25 anos de existência.

Coincidentemente, Srs. Deputados e convidados, neste ano de 1996, comemora-se, também, o centenário da criação do primeiro distrito industrial do mundo.

Como não poderia deixar de ser, em consequência da Revolução Industrial, tal empreendimento foi instalado na Inglaterra, mais propriamente em Trafford Park, na cidade de Manchester, numa demonstração de preocupação, já naquela época, com a questão fundamental da qualidade da infra-estrutura industrial, fator básico para o processo do desenvolvimento moderno.

Em 1971, o eminente estadista Governador Rondon Pacheco, a quem rendemos nossas sinceras homenagens e de cuja administração tive a honra de participar, assinou a Lei nº 5.721, que autorizou o Governo do Estado a constituir e organizar uma sociedade, sob controle acionário do Estado, destinada a projetar, implantar e administrar áreas industriais, com a missão fundamental de apoiar e acelerar a industrialização no Estado.

Não poderia deixar de fazer referência a dois grandes nomes que, entre outros, muito fizeram pela implantação da CDI. Trata-se do então Presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento, Dr. Paulo José de Lima Vieira, e do incorporador da CDI, Dr. Luiz Carlos da Costa Monteiro.

Esta Companhia foi constituída com base em quatro fundamentos: integração da política de industrialização municipal e estadual; interiorização do desenvolvimento; controle ambiental e agilidade na transferência de áreas industriais às empresas.

Com tais objetivos, e diante das dificuldades encontradas pelo antigo Departamento de Industrialização de Minas, criou-se a CDI. A exemplo da CEMIG, e com a criação do BDMG, do INDI e da FJP, evidenciava-se uma política de dotar Minas Gerais de organismos constituídos a partir de uma nova concepção institucional de eficiência e produtividade. Com a criação da CDI, pretendia-se uma empresa auto-sustentável, moderna e eficiente, que iria planejar, implantar e comercializar áreas industriais com o objetivo de fomento industrial.

Projetados, implantados e administrados pela CDI, existem hoje no Estado 47 distritos industriais numa área total de 120.000.000m², com 1.500 empresas geradoras de 151 mil empregos diretos. Os investimentos destas empresas, pelos valores históricos, são da ordem de US\$6.000.000.000,00. Acresce ainda ter a CDI celebrado convênios com quase 100 municípios e ter cadastradas mais de 700 áreas em 300 municípios com economia vocacionada para a indústria.

Tais números refletem marca recorde na história dos distritos industriais no Brasil e, possivelmente, não se conheça outra instituição com desempenho semelhante nos países em desenvolvimento.

O impacto da atuação da CDI ocorre em 3 níveis: municipal, por meio do aumento da receita, da geração de novos empregos, da melhoria do nível social e, conseqüentemente, da qualidade de vida das populações dos municípios; estadual, por meio da diminuição dos desequilíbrios regionais, do aumento da arrecadação e do PIB; nacional, por meio da transferência de tecnologia em planejamento, implantação e administração de distrito industrial para outros Estados, como já ocorreu nos Estados do Pará, Maranhão, Goiás, Espírito Santo, Acre, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Distrito Federal.

E mesmo no âmbito internacional, a CDI já transferiu seus conhecimentos técnicos para o Paraguai e o Senegal.

Na questão do desenvolvimento industrial planejado, a CDI dá grande contribuição para a desconcentração e interiorização do desenvolvimento, para a diminuição do fluxo migratório e para o ordenamento urbano, com a preservação da malha viária, setorização dos assentamentos industriais e prevenção de favelamento.

Com uma equipe técnica e administrativa que acumula um "know-how" de 25 anos, a CDI tem como seu maior patrimônio um quadro de funcionários altamente especializado, competente e dedicado, que pode ser considerado orgulho da administração pública mineira. Essa equipe produz desde os primeiros estudos de localização de distrito industrial até a assessoria permanente aos municípios e às empresas, passando pela sofisticada elaboração de projetos, a implantação das obras de infra-estrutura, a comercialização das áreas industriais e a administração dos distritos já instalados.

A CDI atua, ainda, como órgão normativo de localização dos aglomerados industriais nos municípios, no controle dos assentamentos industriais dentro dos distritos industriais e na ajuda ao controle ambiental com normas próprias.

As localizações estratégicas dos distritos industriais, senhoras e senhores, são hoje fator decisivo na busca de novos investimentos para nosso Estado. Além do mais, distritos industriais bem localizados, que oferecem terrenos com infra-estrutura completa, comercializados a preço de custo e financiados, têm sido atrativo de grande

importância para empreendimentos de pequeno, médio e grande porte. Desnecessário dizer da estratégica importância de o Estado dispor de áreas industriais nestes tempos marcados pela chegada de volumosos capitais internacionais e de empresas que preferem sair das regiões já saturadas no Sudeste do País.

Entre as principais empresas instaladas nos distritos industriais da CDI, podemos citar a FIAT que, com inúmeras outras que foram implantadas e atraídas pela multinacional italiana, fez com que o Município de Betim assumisse a liderança da arrecadação do ICMS no Estado; o Pólo Químico de Uberaba, instalado no DI-Delta, comparável ao de Camaçari; o de Montes Claros, onde se encontram grandes empresas como a COTEMINAS e a NESTLÉ que, na América do Sul, são consideradas as maiores produtoras de tecidos e de leite condensado, respectivamente, além da NANSEN, da BIOBRÁS e da Aimoré. No Distrito Industrial de Uberlândia, encontram-se a Cia. Souza Cruz, responsável por grande parte do ICMS arrecadado no Estado e a Martins, maior atacadista da América do Sul. No Distrito Industrial de Pouso Alegre, encontramos outras grandes empresas do porte da Latasa (produtora de latas para refrigerantes e cervejas) e da Brasinca (estamparia para montadoras). No Distrito Industrial de Itajubá, a Helibrás e a COFAP, que também tem outra unidade instalada no Distrito Industrial de Lavras. Em Vespasiano, estão instaladas a Gessi-Lever e a Bombril. No Distrito Industrial de Juiz de Fora, a americana INTERBAKERS, que fabrica todos os pães consumidos pela rede Mac Donald's no Brasil e no Uruguai.

Enfim, poderíamos enumerar aqui, com orgulho, todas as 1.500 empresas que habitam os nossos distritos industriais.

Neste momento, vários grandes projetos estão sendo instalados nos distritos industriais do Estado. Resumidamente, podemos citar a ANC, fábrica de latas de refrigerantes e cervejas, em Extrema; a Alcoa, fábrica de chicotes automotivos para o modelo Fiesta da Ford, em Itajubá; a Black & Decker e a Sansung em Uberaba; a Mapol em Montes Claros; a Fairway em Alfenas e a Mercedes-Benz em Juiz de Fora, que dificilmente teria feito opção por Minas Gerais senão dispuséssemos de um distrito industrial de 2.700.000m², com toda a infra-estrutura instalada às margens da BR-040, e da Rede Ferroviária Federal, além de gasoduto e de rede de fibra ótica, todo projetado e implantado pela CDI.

Srs. Deputados, senhores convidados, todos sabem das dificuldades financeiras por que passa o Governo Estadual. Toda a administração pública está passando por mudanças estruturais, adaptando-se aos novos tempos. A CDI, que durante quase toda sua existência contou com recursos do Tesouro para implantar distritos industriais e para seu custeio administrativo, diante da crise financeira teve que adotar medidas criativas e inovadoras que pudessem, ao mesmo tempo, combinar a necessidade de continuar prestando seus serviços ao Estado, oferecendo novas áreas industriais a uma economia que cresce acima da média nacional, com a busca dos recursos necessários em outras fontes, enquanto espera os resultados da atual política financeira do Governo do Estado, que visa à retomada de sua capacidade de investimento.

Para enfrentar os problemas decorrentes da insuficiência de recursos financeiros públicos, uma série de medidas foram adotadas pela CDI nesta gestão: no âmbito administrativo e financeiro, houve uma drástica redução das despesas e expressiva racionalização de todas as atividades da empresa, já hoje toda informatizada, participando, inclusive, da rede mundial da INTERNET.

Por outro lado, para facilitar o acesso dos empresários às informações, bem como o contato direto com a CDI, descentralizamos as atividades da empresa, que hoje conta com seis escritórios no interior, todos localizados em áreas estratégicas.

Assim sendo, uma nova filosofia está sendo implementada na CDI para a implantação de distritos industriais: são as parcerias com a iniciativa privada. Estabelecidos novos modelos de implantação, já nos foi possível a inauguração do Distrito Industrial de Coronel Fabriciano e o lançamento de Venda Nova, neste último 11 de novembro, pelo Governador Eduardo Azeredo.

Dezessete novos distritos encontram-se em fases diferentes de programação e deverão ser brevemente lançados e implantados, seguindo esses novos modelos de parceria com as empresas. São eles: Gordura e Via Expressa, em Belo Horizonte, Betim, Governador Valadares, Ipatinga, Conselheiro Lafaiete, Santos Dumont, Barroso, Jacutinga, Campo Belo, Passos, Formiga, Divinópolis, Guaxupé, Poços de Caldas, Extrema e Juiz de Fora. São áreas para as quais já existe demanda e onde os empresários adquirem seus terrenos na planta, viabilizando os recursos para a execução das obras.

Mas a preocupação da CDI não é apenas gerar novos distritos. A Companhia deseja ver os atuais 47 bem administrados, limpos e atraentes para novos empreendedores. Nesse sentido, estamos promovendo a criação de Associações das Empresas dos Distritos Industriais, o que já aconteceu em 11 deles. Estamos também implantando o Programa da Manutenção Permanente dos Distritos - PMPDI -, que consiste numa parceria entre a CDI e a Associação das Empresas e Prefeituras, que visa à manutenção e à revitalização dos distritos industriais já implantados através de melhorias físicas e ambientais, implicando maior qualidade de vida para os que lá trabalham.

Embora nos preocupem e, obviamente, nos interessem os grandes projetos industriais, consideramos de suma importância a questão da democratização do acesso de micro e pequenas empresas aos distritos existentes. Para isso, estamos promovendo o parcelamento de áreas maiores, o que favorece diretamente a implantação de pequenos empreendimentos. Esse trabalho já foi concluído em Uberaba e Pouso Alegre e encontra-se em andamento nos Distritos Industriais de Montes Claros e Juiz de Fora.

Estamos preparando uma proposta de criação de um fundo estadual a ser formado com recursos financeiros oriundos da arrecadação de impostos já pagos pelas empresas instaladas nos distritos industriais. Esse fundo teria como objetivo garantir a manutenção de vitoriosa política mineira de fomento do desenvolvimento industrial através do oferecimento de áreas dotadas de toda infra-estrutura. As parcerias que estamos fazendo vêm obtendo sucesso como alternativa inovadora para a implantação de novos distritos industriais. No entanto, essas iniciativas só se aplicam a municípios onde já exista demanda de áreas industriais, característica de economias dinâmicas. O que fazemos nos municípios onde a economia precisa ser dinamizada, onde há desemprego? A implantação de um distrito industrial não pode deixar de ser considerada como um instrumento eficaz de indução do desenvolvimento. Mas isso só poderá ser implementado com recursos do Tesouro, como ocorreu no passado, ou através de mecanismos auto-sustentáveis, que gerem recursos automaticamente e que possam ser dirigidos para atingimento do maior objetivo social do Plano Mineiro de Desenvolvimento, que é o crescimento harmônico de todas as regiões do Estado. A distribuição política dos investimentos do Estado é a garantia do combate a um dos maiores problemas de nossa atualidade, marcada por uma Minas rica e outra pobre.

Finalizando, peço licença, Sr. Presidente, para cumprimentar todo o corpo técnico e administrativo da CDI, meus companheiros da diretoria e os membros do Conselho Administrativo, do Conselho Fiscal e da assessoria e dizer-lhes que me orgulho muito de trabalhar com eles. Da mesma forma, quero manifestar, nesta oportunidade, a satisfação de participar do Governo Eduardo Azeredo, que vem abrindo novos e largos caminhos para Minas Gerais, bem como trabalhar no Sistema de Indústria e Comércio do Estado, dirigido pelo competente Secretário Deputado Maurício Campos.

Divido esta homenagem também com os ex-dirigentes e ex-funcionários da CDI, cujo trabalho fez com que esta Companhia seja o que é hoje.

Agradeço ao ilustre Deputado Francisco Ramalho pela iniciativa desta homenagem. Fazemo-nos, todos da CDI, devedores do gesto desse homem público cuja carreira é marcada pela correção, pela inteligência, pelo companheirismo, que o tornaram respeitado pelo povo de Itaúna, do Oeste de Minas e por todos nós que o conhecemos.

Agradeço ao Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, aos Srs. Deputados, ao corpo técnico e administrativo, aos Líderes de todos os partidos, que apoiaram essa iniciativa do Deputado Francisco Ramalho, em meu nome e no de todos os que trabalham e trabalharam na CDI, por esta belíssima homenagem. Estejam certos, todos os senhores, de que esta solenidade realimenta o espírito de todos nós, faz crescer nosso entusiasmo quanto ao que fazemos, aumenta nosso respeito e nossa admiração pelo Poder Legislativo, que honra nosso Estado e redobra nosso compromisso de servir, com amor e profissionalismo, ao povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de fazer a entrega, neste instante, ao Sr. Baldonado Arthur Napoleão, Presidente da CDI, de uma placa alusiva a esta homenagem, contendo os seguintes dizeres: "À Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais, no transcurso do seu 25º aniversário de fundação, a mensagem de reconhecimento do povo mineiro, por intermédio da Assembléia Legislativa, pela sua decisiva participação no processo de industrialização do nosso Estado.

Plenário Juscelino Kubitschek, 28 de novembro de 1996".

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Presidente

A estabilização da moeda, o programa de privatizações e a abertura do mercado ao capital externo constituem ações preponderantes do Governo brasileiro para inserir o País no contexto da globalização e garantir as condições para um crescimento econômico duradouro.

Como resultado dessa política de adequação à conjuntura internacional, o Brasil vive a expectativa de estabelecer novas parcerias e de receber, nos próximos anos, um volume substancial de investimentos.

Ajustado às transformações que se operam no âmbito nacional e atento às demandas da economia integrada, Minas Gerais apresenta-se como forte candidato a beneficiar-se das inversões que estão a caminho.

Segunda economia do País, o Estado vem conseguindo, de forma consistente, índices de crescimento superiores aos da média nacional. Boletim recente da Fundação João Pinheiro aponta uma projeção auspiciosa para o PIB mineiro no exercício de 1996. No mapa do desenvolvimento brasileiro, Minas detém uma série de vantagens comparativas com referência à atração de empreendimentos. Entre elas, podemos citar: abundância de

matérias-primas, localização estratégica, mão-de-obra qualificada e um sólido sistema de formação de recursos humanos.

A esses fatores, acrescente-se um forte diferencial favorável ao Estado: a estrutura institucional criada e desenvolvida especificamente para a captação de projetos industriais.

Trata-se do tripé INDI, BDMG e CDI, montado para impulsionar a economia mineira na década de 70. Base desse arcabouço, a CDI incumbiu-se da missão de fomentar o desenvolvimento, preparando e comercializando áreas para a instalação de empresas.

Daquela época aos dias atuais, a CDI vem exercendo um papel fundamental para o Estado. Para se ter uma idéia de sua tarefa, podemos lembrar que a Companhia viabilizou, em 25 anos de existência, a criação de 46 distritos industriais no território mineiro, ocupando uma área superior a 51.000.000m².

Nesse espaço, dotado de toda a infra-estrutura necessária, foram instaladas mais de 1.400 indústrias, correspondendo a investimentos de aproximadamente US\$6.000.000,00.

Tais inversões proporcionaram, ainda, a criação de 150 mil empregos diretos. Considerando-se que cada um deles gera, em média, quatro empregos indiretos, pode-se afirmar que a CDI já contribuiu para a abertura de quase 800 mil postos de trabalho no Estado.

Entre grandes projetos implantados em Minas com a participação da Companhia, destacam-se os da Fiat Automóveis, em Betim; da Du Pont, em Uberaba; da AÇOMINAS, em Ouro Branco; da CENIBRA, em Belo Oriente; da HELIBRÁS, em Itajubá; e, recentemente, da Mercedes-Benz, em Juiz de Fora.

A propósito, diante da forte concorrência de outras unidades da Federação, dificilmente a montadora alemã se instalaria no município da Zona da Mata se ali não encontrasse um distrito industrial muito bem estruturado, às margens das linhas da Rede Ferroviária Federal e da BR-040, contando ainda com o fornecimento de gás canalizado.

Condições favoráveis, como as de Juiz de Fora, são analisadas criteriosamente pela CDI na escolha das áreas a serem transformadas em distritos industriais. Além dos aspectos relacionados à produção e ao transporte, ela cuida também da manutenção e da preservação desses espaços, em parceria com as Prefeituras Municipais.

Peça indispensável à consolidação do modelo mineiro de crescimento econômico, a CDI acabou se transformando em referência econômica, a CDI acabou se transformando em referência nacional com relação à infra-estrutura para implantação de projetos empresariais.

Nesta solenidade comemorativa dos 25 anos de fundação da CDI, a Assembléia Legislativa rende-lhe justa e oportuna homenagem.

Atraindo investimentos, contribuindo para a geração de empregos e para o aumento da arrecadação de impostos, a CDI tornou-se um instrumento imprescindível ao desenvolvimento mineiro.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de debates de amanhã, dia 29, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO PREPARATÓRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20/96

Às quinze horas do dia vinte e oito de agosto de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Aílton Vilela, Antônio Andrade, Alberto Pinto Coelho, Paulo Piau, Gilmar Machado, Carlos Pimenta, Paulo Schettino e Miguel Martini, membros da referida Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Aílton Vilela, declara abertos os trabalhos e informa que a reunião tem por finalidade eleger o Presidente e o Vice-Presidente, designar o relator e programar os trabalhos. A Presidência determina a distribuição das cédulas de

votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Paulo Schettino para atuar como escrutinador. Feita a apuração, é eleito Presidente o Deputado Carlos Pimenta, com oito votos. Para o cargo de Vice-Presidente, verifica-se empate entre os Deputados Alberto Pinto Coelho e Miguel Martini, com quatro votos cada. Nos termos regimentais, é proclamado Vice-Presidente o Deputado Alberto Pinto Coelho, por ser mais idoso. O Presidente "ad hoc" convida o Deputado Carlos Pimenta para tomar assento à mesa, empossa-o no cargo de Presidente e passa-lhe a direção dos trabalhos. O Presidente, por sua vez, dá posse ao Vice-Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, agradece a escolha de seu nome e designa o Deputado Paulo Piau para relatar a matéria. Em seguida, passa-se à programação dos trabalhos da Comissão, ficando decidido que ela se reunirá ordinariamente às quartas-feiras, às 15 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 1996.

Carlos Pimenta, Presidente - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Miguel Martini - Hely Tarquínio - Jorge Eduardo de Oliveira - Paulo Piau - Gilmar Machado - João Leite.

MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA APROVADA NA 212ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, EM 3/12/96

Em 1º turno: Projetos de Lei n°s 711/96, do Deputado Marcos Helênio, na forma do Substitutivo n° 1; 873/96, do Deputado Geraldo Rezende, com as Emendas n°s 1 e 2; e 731/96, do Deputado Miguel Martini, com as Emendas n°s 1 a 3.

Em 2º turno: Projeto de Lei n° 49/95, do Deputado Wanderley Ávila.

Requerimentos do Deputado Carlos Pimenta (2), solicitando tramitação em regime de urgência para o Projeto de Lei n° 514/96, e reunião conjunta das comissões a que ele foi distribuído.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 213ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 4/12/96

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 horas às 15h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Requerimento n° 1.645/96, da Comissão de Administração Pública, em que pede informações à Secretaria da Educação sobre o relatório da comissão de sindicância instalada para apurar irregularidades no Instituto de Educação de Minas Gerais e nas Escolas Estaduais Luiz Peçanha e Presidente Kennedy, bem como sobre as providências que estão sendo tomadas pelo órgão para sanar as falhas que teriam sido constatadas. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento, na forma do Substitutivo n° 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar n° 18/96, do Tribunal de Justiça, que modifica a Lei Complementar n° 40, de 24/11/95, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo n° 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de

Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.017/96, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Itabirito. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.006/96, do Deputado Clêuber Carneiro, que dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 11.020, de 8/1/96, que dispõe sobre as terras públicas e devolutas estaduais e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 697/96, da Comissão Especial, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade dos órgãos públicos e das entidades sob o controle direto ou indireto do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 4, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça, 4, da Comissão de Administração Pública, e 5 e 6, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 207/95, do Deputado Ibrahim Jacob, que dispõe sobre os critérios para a cobrança de multas decorrentes de infrações de trânsito. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 471/95, do Deputado Arnaldo Penna, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Senhora de Oliveira. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 516/95, do Deputado Bonifácio Mourão, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao Município de Divinolândia de Minas o terreno que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 4/12/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia: Requerimento nº 1.834/96, do Deputado João Batista de Oliveira.

Convidados: Cel. PM José Guilherme do Couto, Comandante do Comando de Policiamento da Capital; Sra. Deise Santos Bastos e Srs. Anderson de Oliveira e Márcio Henrique dos Santos Braga, que discutirão denúncias de agressões praticadas por policiais militares contra os adolescentes Anderson de Oliveira e Márcio Henrique dos Santos Braga.

ORDEM DO DIA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 4/12/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão de assuntos de interesse da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E POLÍTICA RURAL, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 5/12/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Srs. Ilídio Inácio Alves, representante da SETASCAD; Alfeu Silva Mendes, Presidente da OCEMG; Paulo Severino de Rezende, Presidente da EMATER-MG, e João Roberto Pulitti, Presidente do Conselho de Agropecuária da ACMINAS e Diretor da FAEMG, que discutirão o cooperativismo em Minas Gerais.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 4/12/96, a primeira destinada à apreciação dos Projetos de Lei n°s 471/95, do Deputado Arnaldo Penna, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Senhora de Oliveira, 516/95, do Deputado Bonifácio Mourão, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Divinolândia de Minas o terreno que menciona, 1.006/96, do Deputado Clêuber Carneiro, que dá nova redação ao art. 30 da Lei n° 11.020, de 8/1/93, que dispõe sobre as terras públicas e devolutas estaduais e dá outras providências, e 1.017/96, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Itabirito, e do Projeto de Lei Complementar n° 18/96, do Tribunal de Justiça, que modifica a Lei Complementar n° 40, de 24/11/95, e dá outras providências; e a discussão e votação de pareceres de redação final; e a segunda, à apreciação da matéria constante na primeira, acrescida dos Projetos de Lei n°s 207/95, do Deputado Ibrahim Jacob, que dispõe sobre os critérios para a cobrança de multas decorrentes de infrações de trânsito, 388/95, do Deputado Almir Cardoso, que cria o Programa Mineiro de Incentivo à Pecuária de Leite e dá outras providências, 536/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de faróis durante todo o dia para os veículos automotores que transitarem em rodovias estaduais, e 697/96, da Comissão Especial, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade dos órgãos públicos e das entidades sob controle direto ou indireto do Estado; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 3 de dezembro de 1996.

Agostinho Patrús, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Romeu Queiroz, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão supracitada, para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 4/12/96, às 14h15min, no Plenário IV, com a finalidade de se apreciar o parecer sobre o Projeto de Lei Complementar n° 18/96, do Governador do Estado, que modifica a Lei Complementar n° 40, de 24/11/95, e dá outras providências.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1996.

Miguel Martini, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.008/96

Comissão de Defesa do Consumidor
Relatório

De autoria do Deputado Álvaro Antônio, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação de Defesa dos Usuários, Consumidores e Contribuintes em Minas Gerais - ADUCON-MG -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Tendo sido o projeto aprovado no 1º turno, sem emenda, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, conforme estabelecem as disposições regimentais.

Fundamentação

A referida Associação tem por finalidade defender suprapartidariamente e sem cooperativismo o direito dos cidadãos. Dessa forma, representa-os junto aos órgãos públicos dos três Poderes, bem como junto às instâncias da sociedade civil, buscando solver litígios ou fazer reivindicações de seu interesse.

Pelo importante trabalho que vem desenvolvendo para melhorar a qualidade dos serviços prestados à população, consideramos oportuna e merecida a declaração de utilidade pública da entidade.

Conclusão

Pelas razões expostas, nosso parecer é favorável à aprovação do Projeto de Lei n° 1.008/96 no 2º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1996.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

210ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 27/11/96

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, perplexo e muito preocupado, ocupo esta tribuna para falar e discutir com os nobres colegas sobre a questão da liberação e a da regulamentação dos jogos no Brasil. O projeto que tramitou na Comissão Especial da Câmara dos Deputados foi aprovado por 20 dos 22 Deputados que fizeram parte da Comissão, estudando os detalhes e não as conseqüências da abertura dos cassinos e da liberação dos jogos de azar no território nacional. Hoje, esse mesmo projeto tramita com muito bons olhos no Senado Federal, podendo até mesmo ser aprovado ainda este ano de 1996 ou em janeiro, na convocação extraordinária do Congresso Nacional.

A minha perplexidade e preocupação é sobre o caos lastimável que a regulamentação dos jogos no Brasil poderá trazer para a nossa sociedade, provocando pipocos de contravenção contraproducente, constituindo forte fator criminógeno, ao gerar infrações penais de maior gravidade aos segmentos de nossa sociedade, até mesmo na própria polícia, como gerência de venda e proteção aos contraventores, traficantes e bandidos. A tão sonhada riqueza com a chegada dos cassinos nos municípios, certamente irá agravar ainda mais a pobreza financeira e espiritual do nosso povo. Deixo claro, que com esta liberação o povo brasileiro será o grande fator prejudicado.

Dados de uma pesquisa feita pelo Prof. mineiro, Ricardo Gazel, Diretor do Centro de Pesquisas Econômicas da Universidade de Nevada nos Estados Unidos, mostram a grande gravidade do problema para a sociedade dos Estados Unidos, apesar das luzes coloridas e da riqueza estonteante dos grandes cassinos de Las Vegas, Miami e Atlantic City. Na sua última pesquisa em três estados americanos de Illinois, Nevada e Wisconsin mostrou a gravidade e transformações sócio-econômicas e os problemas que os cassinos trazem como, um verdadeiro sugadouro do dinheiro da população mais pobre nas regiões em que funcionam. Quanto mais fácil o acesso ao cassino, maior a probabilidade de se criarem jogadores viciados. Por exemplo, no Estado de Illinois, estudos mostram que as pessoas que moram a uma distância média de 8km dos cassinos jogam quatro vezes mais do que o restante da população.

Os problemas gerados pelos cassinos costumam ser infinitamente maiores do que os benefícios, segundo o Prof. Gazel. Apesar do desenvolvimento de Las Vegas, no Estado de Nevada, pouco se fala da grande dívida social. Os índices de abusos e negligências com crianças são os maiores dos Estados Unidos. Naquele Estado americano o suicídio dobra com relação a qualquer outro Estado. Em alguns meses, o número de suicídio chega a dobrar. Em nenhum outro Estado americano ocorrem tantas mortes por quilômetro dirigido como em Nevada. Existem também graves problemas de saúde, ligados ao fumo, ao sedentarismo e ao álcool. Além disso, Srs. Deputados, outro estudo do professor mineiro radicado nos Estados Unidos mostra que 8,5% da população adulta da cidade tem algum problema ligado ao jogo. Isso representa cerca de 70 mil viciados. São pessoas que faltam ao serviço para jogar, que gastam o dinheiro do aluguel nos cassinos, que cometem todo tipo de fraude para tirar frutos da fantasia dos números.

Em outro Estado americano de Wisconsin, os índices de criminalidade aumentaram em média 9% nas regiões onde foram construídos cassinos. O crime cresce por dois motivos: o volume de dinheiro que gira em torno do jogo é grande e suficiente para que possa haver lavagem de dinheiro sujo, como o tráfico de drogas. Além disso, onde circula muito dinheiro há maior oportunidade para a prática de pequenos delitos. As regiões próximas aos cassinos são verdadeiros paraísos para batedores de carteiras, trambiqueiros e prostituição.

É bom lembrar, ainda, ou melhor, alertar, que, se o cassino for mantido com as apostas dos moradores da região, a cidade vai perder renda. Os próprios moradores irão gastar assustadoramente seu próprio salário, que no Brasil é pequeno, apostando nos jogos de azar. Um outro exemplo é que se não houver um grande incremento turístico de jogadores de fora, quem vai pagar a conta é o morador da região, ou seja, o dinheiro que os cassinos vão repassar aos governos estaduais virá do próprio bolso do contribuinte local. Exemplificando melhor, nos Estados Unidos, no Estado de Illinois, a maioria dos jogadores é da própria região. O Estado perde US\$500.000.000,00 anuais com a indústria do jogo. Apesar de a legislação cobrar um

imposto alto dos cassinos, 20% do que as pessoas perdem no jogo vai para o Estado, quem está pagando esse imposto são os próprios moradores de Illinois.

Com esses pequenos exemplos, mas já indicando futuros problemas para a nossa sociedade, alerto os nobres colegas sobre essa gravidade. Isso sem falar ainda da questão ilusória de se ganhar dinheiro sem muito esforço. As pessoas sonham com a possibilidade de, num lance de sorte, ficarem ricas de uma hora para a outra. Isso é uma grande ilusão. As chances matemáticas de alguém ganhar dinheiro em jogo de azar são mínimas. Ficar rico, uma probabilidade quase infinita. Na verdade, os cassinos foram feitos para que seus donos não percam dinheiro, em hipótese alguma.

Podemos citar, ainda, Srs. Deputados, estudos que mostram três categorias de jogadores: os ocasionais, os compulsivos e os patológicos. Os ocasionais já jogam preparados para a derrota. Já o jogador compulsivo é como um alcoólatra, ele não tem controle sobre seus impulsos. Vai gastar tudo o que possui para jogar, se não tiver dinheiro, vai pedir emprestado ou vender um carro, um apartamento e se não tiver bens pode até mesmo cometer delitos como roubos. As probabilidades de um jogador compulsivo cometer um furto ou um estelionato são cinco vezes maiores do que as pessoas normais. O vício do jogo é um distúrbio mental catalogado no manual de doenças mentais da Associação Psiquiátrica dos Estados Unidos. É um problema tão grave que no mundo inteiro estão sendo criados grupos de jogadores anônimos para auxiliar os viciados. Os jogadores patológicos são aqueles casos extremos, de jogadores que não pensam em outra coisa. É alguém que vai esquecer o bem-estar próprio e o da família para jogar. Os especialistas dizem que esse tipo de jogador não procura ajuda, pode acabar preso, louco ou se suicidando. Em uma outra pesquisa feita com jogadores compulsivos e patológicos o resultado foi assustador, sessenta por cento declararam ter pensado em suicídio por causa do jogo, outros 20% tentaram efetivamente acabar com a própria vida por alguma razão ligada ao jogo. Para se ter uma idéia, cada jogador viciado custa, para os países de 1º mundo, entre US\$10.000,00 a US\$30.000,00 por ano. Esse dinheiro é gasto com internações, tratamentos, sistema judiciário e penitenciário.

Agora eu pergunto aos nobres colegas: nós temos condições de bancar a liberação e a abertura dos jogos no Brasil? Nós vamos ter dinheiro para salvar nossos doentes compulsivos e patológicos? Será que os nossos municípios falidos terão condições de sustentar o "glamour" dos grandes cassinos com a miséria do povo local?

É por isso que estou perplexo com a agilidade da aprovação pela Câmara dos Deputados de projeto de tamanha envergadura social e por que não, apavorado com o grande galope da liberação dos jogos e da reabertura dos cassinos no Brasil.

Antes de finalizar, deixo o meu protesto contra esse projeto, que estabelece que a própria economia de mercado irá fixar ou não a viabilidade da implantação dos cassinos. Já no caso do jogo do bicho, caberá a cada Governo estadual examinar e decidir pela conveniência ou não de legalizá-lo no âmbito de seu território, fixando as regras de seu funcionamento, conforme as peculiaridades da unidade federativa. Para o funcionamento dos cassinos, as pessoas jurídicas interessadas na sua exploração devem credenciar-se junto ao órgão federal específico, mas também aí a autorização de funcionamento deve ser concedida por cada Governo estadual, que indicará os municípios habilitados a acolher esse tipo de atividade.

Há pontos nesses projetos que são inconcebíveis. O primeiro grande defeito é a pressa. Nenhum estudo mais profundo foi feito para avaliar possíveis problemas econômicos e sociais da legalização. É um verdadeiro desastre para a nossa sociedade. Mais uma vez, Srs. Deputados, prevalece os interesses de grupos econômicos. Como citei antes, em meu discurso, e como aponta a redação do projeto aprovado na Câmara Federal, os cassinos podem ser instalados em cidades onde há problemas econômicos ou onde possam incrementar o turismo. Agora pergunto aos Srs. Deputados: Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Ouro Preto, Araxá, Uberlândia, Cachoeira Dourada ou qualquer outro município no Brasil têm problemas econômicos e são cidades turísticas? Sim, todas essas cidades estão aptas a receber os cassinos. Isso é um absurdo!

Se querem realmente a liberação do jogos de azar e a reabertura de cassinos vamos fazer estudos profundos sobre as transformações sociais e o que isso pode trazer de benefício para o nosso povo. Vamos introduzir normas e regras eficazes de combate às delinquências, o fator criminógeno, o comércio de entorpecentes e de armas, a prostituição e as centenas de malefícios que a aprovação desse projeto poderá trazer para o povo brasileiro.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (Em aparte) - Deputado Geraldo Rezende, desde que iniciei a minha carreira política, sempre manifestei uma posição favorável à legalização do jogo no Brasil, principalmente do jogo do bicho. Quando V. Exa. coloca a pressa na tramitação do projeto, gostaria de dizer que, há 15 anos, foi dada entrada no primeiro projeto que pedia a legalização do jogo do bicho. Como V. Exa., sou contra a legalização dos cassinos, da forma como está colocada. Portanto, estarei, dentro desta Casa, lutando contra tal legalização, mostrando que não podemos

ter os cassinos como temos os bingos, que funcionam em pleno centro de Belo Horizonte, onde o trabalhador, ao passar, deixa ali o seu salário em uma ou duas horas de jogo. Aquilo que ele ganha trabalhando durante 30 dias, deixa ali em poucas horas de jogo.

Aproveitando o pronunciamento de V. Exa., gostaria de pedir ao Governador do Estado que cumprisse a lei que proíbe o uso do fumo dentro das casas de bingo. O Governador do Estado não está cumprindo essa lei e o fumo está solto naquelas casas fechadas, o que é muito prejudicial à saúde.

Para não me alongar muito, porque o tempo de V. Exa. está se esgotando, gostaria de dizer que é um absurdo abrirmos cassinos em Belo Horizonte, no Triângulo Mineiro, em Poços de Caldas, locais onde já existe turismo.

Minha posição é só uma. Se vamos abrir uma cidade onde será explorado o jogo, que seja no Jequitinhonha, onde não há turismo. Com isso, abrimos a possibilidade de empresários ali instalarem hotéis e usarem a mão-de-obra local. Se no deserto americano construiu-se uma cidade, Las Vegas, por que não podemos criar uma cidade com a mesma estrutura, ou pelo menos parecida, no Jequitinhonha? Esta Assembléia não pode permitir, de forma alguma, que se criem cassinos nos grandes centros, em Minas Gerais ou em estâncias, porque lá já existe turismo, e não é o cassino que vai aumentar o turismo. Se há turismo em Poços de Caldas, é por sua beleza natural. Faço coro com V. Exa. quanto ao jogo do bicho, entendo que tem que ser legalizado, devendo o trabalhador ser reconhecido, com direito a 13º salário, FGTS e férias. Ele não deve ficar à margem da sociedade. E que o banqueiro pague imposto, imposto caro, porque, a partir do momento em que todo esse jogo existente no Brasil for legalizado, o imposto do banqueiro tem que ser caro.

O Deputado Geraldo Rezende - Para encerrar, deixo uma pergunta: para que regulamentar mais jogo no Brasil? Na verdade, o Brasil já é um imenso cassino, talvez o maior do mundo. Temos Loteria Estadual, Loteria Federal, jogo do bicho, "micro-sena", Super-Sena, Mega Sena, "ultra-sena", além dos bingos. O Brasil já é um imenso cassino. Para que legalizar mais cassinos? Não vejo nenhum sentido nesse projeto. Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, servidores desta Casa e demais pessoas presentes nas galerias, profissionais da imprensa, esta Assembléia está examinando a proposta orçamentária para o exercício de 1977, englobando o orçamento fiscal e o orçamento de investimento das empresas controladas pelo Estado, com base na Mensagem nº 144/96 encaminhada a esta Casa pelo Governador do Estado.

Três coisas chamam a nossa atenção quando analisamos mais detalhadamente essa proposta: uma é a austeridade com que o Governo fixa a despesa visando à contenção do gasto público; outra é a felicidade de não precisar estabelecer fator de correção nem para a projeção de despesa nem para a estimativa da receita; a terceira é a preocupação com os acanhados recursos para custeio e investimentos de modo geral, sobretudo para o setor da pesquisa agrícola. É verdade que sem uma educação formal e tecnológica não vamos muito longe. É verdade que sem infra-estrutura básica poucos resultados positivos obteremos. Mas, sem dúvida, não iremos a lugar algum com um povo faminto e com o baixo índice de exploração racional de nossos recursos naturais, base fundamental para a produção de alimentos, de matéria-prima para a agroindústria destinada ao abastecimento interno e à exportação.

Aí está a globalização e, portanto, a competitividade. A qualidade em todo seu grau de exigência é fator preponderante para a abertura de mercado. No entanto, a qualidade aliada à produtividade está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento tecnológico, que somente é viável através de maciços investimentos na pesquisa agropecuária.

Infelizmente, nem sempre é possível utilizarem-se informações obtidas de outras regiões. Precisamos pesquisar de acordo com a região, uma vez que as condições de solo, clima, altitude e até mesmo a cultura dos agricultores impõem adequação regional e muitas vezes microrregional.

Estamos conscientes das dificuldades financeiras por que passa o Estado, haja vista que a melhor arrecadação do ICMS este ano, até agosto, não ultrapassou os R\$466.000.000,00 e que as despesas com pessoal até este mesmo mês chegaram à cifra de R\$2.653.000.000,00, dificultando, sem dúvida, a alocação de recursos para investimento e outros custeios.

Vemos, portanto, que a tendência é a instalação de um ciclo vicioso cujo processo precisa ser rompido num determinado ponto, caso contrário, só nos resta a lamentação e a justificativa em vão. O rompimento desse processo se dá, entre outras maneiras, com o investimento em ciência e tecnologia e, principalmente no setor da agropecuária. Aliás 60% do PIB de Minas Gerais é resultante do valor agregado na cadeia do agribusiness. Tipicamente, Minas Gerais é vanguarda no café, no leite, nas carnes, nos produtos lácteos; apresenta destaque no setor sucro-alcooleiro, nos grãos e nas rações, na fruticultura e até mesmo na suinocultura tecnificada.

Não podemos nos descuidar do investimento na pesquisa agropecuária. É preciso que tenhamos não só infra-estrutura adequada, moderna e ágil, como também recursos humanos em quantidade e qualidade; profissionais bem treinados, reciclados que busquem a investigação objetiva de novas técnicas e métodos que permitam saltos na produtividade com qualidade, dos produtos agrícolas. Por outro lado, a proposta orçamentária para 1977, na rubrica de pessoal, prevê para a EPAMIG uma redução de 31,74% no gasto com recursos humanos. Essa empresa, que ao longo de seus 21 anos consolidou sua reputação em nível nacional, foi responsável por imensuráveis incrementos econômicos do Estado, como a introdução e o desenvolvimento da soja e do café no cerrado. Minas ocupa hoje 600.000ha com soja nessa região. E, sem dúvida, o ICMS do café nessa área vem de 80% de linhagens desenvolvidas nos campos experimentais da EPAMIG, sobretudo em Patrocínio.

A Empresa ajustou-se à política de austeridade do Estado, diante da atual realidade econômica do País, e reduziu muito seu quadro de pessoal, tornando-se uma instituição enxuta, mantendo, com grande esforço, sua capacidade realizadora. Todavia, não é possível exigir dela mais esforço nesse sentido. Qualquer redução na rubrica de custeio colocará em risco a sua produtividade e a sua capacidade de cooperação em um dos principais eixos estruturantes do PMDI do Governo Azeredo, que é Ciência e Tecnologia. Se o orçamento não puder garantir o valor orçamentário real para manter a empresa em condições mínimas de funcionamento, é preciso unir esforços para garantir suplementações ao longo do ano de 1977.

Queria aproveitar esses minutos finais, Sr. Presidente, para dizer que aumentar a atividade econômica do Estado de Minas Gerais, aumentar a sua arrecadação, significa o Governo Federal cumprir com seus compromissos, o que não está fazendo, sobretudo com relação ao crédito rural brasileiro, já que a agricultura é a base da nossa economia. O Governo de Fernando Henrique Cardoso anunciou, com toda pompa, que R\$5.200.000.000,00 seriam destinados para o crédito rural brasileiro. Mas, até hoje, a liberação não chegou a R\$2.000.000.000,00. Sabemos muito bem da dificuldade que grande parte dos produtores rurais deste País está enfrentando para poder plantar e produzir. E já sabemos qual é a conseqüência de plantar de qualquer jeito, sem tecnologia, com rendimento, evidentemente, abaixo do esperado: uma safra que, seguramente, será menor que a passada. Nosso País está produzindo apenas em torno de 500kg de grãos por habitante-ano, ao passo que a recomendação seria produzir uma tonelada de grãos, no mínimo, por habitante-ano.

Esse, realmente, é um quadro que se reflete na fome e na miséria do povo brasileiro. Isso tem trazido uma dificuldade muito grande para o Ministro Arlindo Porto, mineiro, que está fazendo todo o esforço para garantir que a agropecuária continue fortalecida. Mas sabemos que esse esforço é vão, a partir do momento em que a área econômica simplesmente senta na arrecadação financeira e libera apenas aquilo que acha por bem liberar.

O crédito rural neste País é caro, inoportuno, insuficiente. Além do mais, o Banco do Brasil, que é o grande agente de crédito rural brasileiro hoje, coloca todas as dificuldades para a liberação desse crédito. E o nosso BEMGE, que sempre operou com a carteira de crédito rural, este ano a tem absolutamente fechada, numa insensibilidade muito grande para com a economia do nosso Estado, dando desculpas de que fez a securitização e que esse recurso está sendo colocado à disposição. Essa não é, na verdade, uma justificativa aceitável. A intenção de plantio, neste ano, já é menor, o que vai refletir na nossa safra, sem dúvida nenhuma.

E uma preocupação muito maior, Sr. Presidente: a balança comercial brasileira do mês passado esteve perto de US\$1.000.000.000,00 negativos. Evidentemente - sabemos - o que mais contribui para uma balança positiva no Brasil são, exatamente, os produtos agrícolas, porque se importa menos para produzi-los, dando, assim, um saldo positivo.

Perguntamos: até quando vamos ter dinheiro, dólares, para comprar comida, trigo, leite, milho? Isso é uma vergonha nacional realmente. Isso é o símbolo da incompetência dos governos que aí estão.

Gostaria de dizer, também, que nos preocupa muito, Sr. Presidente, o atual momento político-econômico deste País. Segundo a imprensa, há um déficit público da ordem de 4%, o que não é mais sinal amarelo, mas absolutamente vermelho para a nossa economia. Evidentemente, a partir do momento em que gasta mais do que arrecada, o Governo vira um grande tomador, um grande centro de aplicação de dinheiro nos fundos de pensões internacionais, levando as nossas economias, sacrificando o povo brasileiro, elevando as taxas de juros, enfim, sacrificando toda a atividade econômica deste País.

Queria falar também, para terminar, sobre um terceiro assunto. Presenciei, aqui, na semana passada, uma discussão em torno do nome do Secretário Adjunto de Educação, João Batista dos Mares Guia. Como parlamentar e como pessoa, tenho uma grande ligação com ele, seja pelo lado da educação, seja na assessoria da reforma agrária. Gostaria de manifestar, Sr. Presidente, o meu apreço a essa pessoa inteligente, dinâmica e que faz jus à participação do Governo de Eduardo Azeredo. Assim, manifesto minha solidariedade ao seu nome, porque ele é uma pessoa de bem. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Srs. Deputados, visitantes que se encontram nas galerias, imprensa, senhoras e senhores, telespectadores da TV a cabo: as escolas estaduais passaram, no último domingo, por um processo eleitoral de Diretores que deveria ser uma conquista democrática, mas, ao contrário, acabou sendo, na maioria delas, um penoso processo. As idas e vindas da Secretaria da Educação revelaram-se mais um desserviço do que, realmente, uma conquista, como vem apregoando.

Em inúmeras escolas, houve grande insatisfação não só com as provas, mas também com os critérios exigidos no edital. Em Belo Horizonte, no Bairro Santa Amélia, onde fiquei mais de um ano trabalhando pela criação de uma escola de 2º grau, a Secretaria da Educação conseguiu tumultuar tanto o processo, que uma candidata precisou recorrer à justiça para garantir seu direito de concorrer. A Secretaria eliminou seu nome da lista na última hora, dizendo que faltara um documento. A Diretora tinha comprovantes de ter entregado a documentação. Tentei interferir, pedindo explicações durante um dia inteiro, mas a Secretária estava, sempre, em reunião. As assessoras só informavam que a Diretora não poderia concorrer.

Cabe, Sr. Presidente, um protesto. Todos nós, Deputados, a imprensa e a população, que acompanha os jornais, sabemos que a Secretária da Educação vai largar o cargo, mas parece que ela já não está lá há muito tempo. Não acompanha nada, não recebe ninguém, e nós, Deputados, não conseguimos falar com ela. É um absurdo o que aconteceu com a documentação desse processo eleitoral.

Isso me lembra a eleição para a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Lembro-me da derrota do candidato do Governo - e meu candidato -, Amílcar Viana Martins. Lembro-me das conversas com os companheiros, que me deixavam claro que quem perdeu a eleição em Belo Horizonte não foi o candidato Amílcar Viana Martins. Quem perdeu a eleição em Belo Horizonte foi o Governo do Estado de Minas Gerais. Não foi o Governador Eduardo Azeredo: foram a sua assessoria e o seu secretariado, que pouca bola dão a esta Casa e pouca atenção dão à população e aos funcionários públicos. Quem perdeu a eleição não foi a chapa Amílcar Martins e Ronaldo Vasconcellos: foi a burocracia do Governo do Estado. Se o Governador Eduardo Azeredo não tomar cuidado, terá um futuro político muito pequeno e não passará de Governador de Minas Gerais, neste mandato. E é sério o que falo, porque, em todas as rodas políticas, em todos os locais em que posso discutir sobre a nossa política, isso é o que mais ouvimos: será que o Governador do Estado não está sendo traído por seus auxiliares? será que é difícil comandar um Estado como este? As urnas mostraram a decepção do eleitorado, principalmente do belo-horizontino, com relação ao Governo do Estado.

No entanto, a justiça, no caso do Bairro Santa Amélia, reconheceu o direito da Diretora de disputar a eleição, o que mostrou que a Secretaria estava errada. Que espécie de democracia em escola é essa, que impede candidatos de concorrer, deixando colegas de profissão para trás? A Diretora do Santa Amélia havia feito 95% dos pontos na prova. A Diretora Claudete França da Cruz fez 95%! E o mais incrível: nas urnas, na hora do "vamos ver", ela obteve 87% dos votos - 132 votos contra 28. A Secretaria, porém, no seu edital, exige que o funcionário tenha dois anos de exercício na escola para que possa ser diretor. Sendo assim, pasmem os senhores, a candidatura da funcionária estava sendo impugnada, porque ela não tinha dois anos de exercício na escola. Entretanto, se os senhores se recordarem do começo do meu pronunciamento, lembrarão que eu falava que, há um ano e três meses, trabalhava para a criação da escola. Como a Secretaria da Educação poderia pedir comprovação de dois anos como funcionária da escola, se esta foi criada em fevereiro deste ano? Como entender uma Secretaria dessas? Como uma funcionária pode ter dois anos de exercício na escola, se esta não tem dois anos? Em Santa Luzia, no Conjunto Cristina, apenas uma candidata recorreu, mas, sob protesto dos que ficaram de fora, os alunos votaram nulo.

O Deputado Carlos Pimenta (Em aparte) - Quero participar do pronunciamento de V. Exa., pois estava inscrito, mas me parece que não terei tempo. Gostaria de participar de seu pronunciamento para afirmar que, realmente, o Governador Eduardo Azeredo tem que procurar fazer uma revisão no seu quadro de auxiliares diretos. Esse é um assunto que não nos diz respeito, é um problema exclusivo dele, mas quero citar dois fatos.

Em 16/5/96, o Governo Federal lançou um programa chamado Habitar Brasil, para as populações pobres, principalmente para os municípios em estado de emergência. Na minha região, na ocasião, havia 38 municípios nessa situação, e esse projeto iria trazer recursos para saneamento, conserto de estradas, água potável, esgotos, etc. O projeto encerrava-se no dia 26/5/96, durava dez dias. Na ocasião, a Secretaria da Habitação, mesmo tendo conhecimento do projeto, não teve a competência de notificar os Prefeitos. Existe um Secretário Adjunto da Habitação, um filhinho de papai, um "playboyzinho" do Norte de Minas, filho do Prefeito Municipal de Januária, que sabia do fato, que tem responsabilidade com aquela região, mas não teve coragem nem competência para, pelo menos, notificar os Prefeitos. Assim, a nossa região perdeu mais de US\$6.000.000,00.

Com relação à secretaria de Obras Públicas, queremos citar que, ontem, participamos

de um debate com o Deputado Jorge Eduardo de Oliveira e, na oportunidade, detectamos algumas dificuldades. Temos em mãos documentos datados de 24/7/95; na realidade, é uma solicitação para se fazer o conserto da estrada que liga Manga a Carinhanha, na Bahia; metade do trecho é de Minas Gerais. Naquela região, às margens do rio São Francisco, existe um empreendimento particular que gera mais de 300 empregos e se compõe de 18 pivôs centrais. Pedimos o conserto dessa estrada e, na ocasião, 24/7/95, tivemos a resposta de que a estrada ficaria em R\$3.300.000,00 e que o Estado não tinha condições de bancá-la. Insistimos, e, no dia 7/11/95, o mesmo levantamento dizia que a estrada ficaria em R\$1.300.000,00 - de R\$3.300.000,00 caiu para R\$1.300.000,00.

Só para terminar, Sr. Presidente, no dia 14/11/95, a mesma estrada ficaria em R\$89.000,00, e o Governo não tinha condições de ajudar naquele empreendimento. Ontem, recebi um "fax" dizendo que os proprietários gradearam 100ha de mamão, exatamente porque os caminhões não podem chegar a esse projeto. São fatos que não entendemos e não temos condições de explicar às pessoas que nos procuram e solicitam qualquer ajuda para conserto de estradas neste Estado. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Completando, Srs. Deputados, os problemas não foram só no Santa Amélia. Do Serro, recebi abaixo-assinado de duas escolas, pedindo que as Diretoras pudessem concorrer. Elas não haviam passado nas provas, mas a comunidade gostaria de escolhê-las para o cargo. Em Santa Luzia, no Conjunto Cristina, como já falei, apenas uma candidata concorreu, mas sob protesto. Os alunos votaram nulo. Na Escola Três Poderes, na Pampulha, pasmem os Srs. Deputados, os alunos e pais de alunos rebelaram-se contra o processo de votação e votaram em Tiririca: a popularidade deste teve mais votos do que a única candidata ali.

A Secretaria da Educação não vê isso, e me pergunto: de que adianta criar um bonito projeto em gabinetes refrigerados, e esquecer a realidade das comunidades escolares? A Secretária da Educação, que vai sair, tem de ser alertada: a comunidade escolar não está satisfeita. Mais democrático do que fazer eleições é ouvir a comunidade escolar; mais democrático do que criar artifícios eleitorais é abrir espaço, na burocracia da Secretaria, para que todos tenham informações corretas.

Sr. Presidente, para finalizar, recebi, hoje, um "ticket" de pedágio da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio de Janeiro, de R\$2,38. O "ticket" existe, mas a rodovia, não; está interditada, e, salvo engano, continua a cobrança. Então, fica o protesto desse caminhoneiro que trouxe o mencionado "ticket". E o mais incrível é que, do Rio de Janeiro a Juiz de Fora ele gasta três pedágios, paga quase R\$8,00. Se eu fizer essa viagem no meu carro, que é movido a "diesel", garanto que vou gastar R\$8,00 de pedágio e R\$4,50 de "diesel". Muito obrigado.

O Deputado Ronaldo Vasconcellos - Sr. Presidente, Srs. Deputados, há 60 anos, no dia 3/9/36, o então Governador de Minas Gerais, Benedito Valadares Ribeiro, e o Secretário de Agricultura, Israel Pinheiro da Silva, colocavam no ar a pioneira Rádio Inconfidência. Necessidade de interligação e integração entre a Capital e o interior do Estado foi a alavanca propulsora do marcante acontecimento na história da radiodifusão em Minas e no País.

Naquela época, 1936, não havia telefones ligando Belo Horizonte às cidades do interior. Não havia estradas asfaltadas, nem linhas aéreas para qualquer ponto do território mineiro. Enfim, não existiam meios de comunicação entre o governo e o povo mineiro. A Rádio Inconfidência foi, portanto, a solução encontrada.

Mas, segundo a ótica dos homens do governo, não bastava criar apenas uma estação de rádio. As autoridades governamentais queriam mais. Além da comunicação instantânea na cobertura de todos os acontecimentos envolvendo o governo do Estado, era importante que o povo participasse de tudo que ocorria no País e no mundo, através de um serviço jornalístico sintonizado com as melhores fontes de informação da época. A Inconfidência foi além. Criou programas especiais dedicados ao homem do interior, especialmente aos lavradores e fazendeiros, através de um programa nascido com a rádio e que existe até hoje, o "Hora do Fazendeiro", o mais antigo e popular programa do rádio brasileiro.

Mas para que a Rádio Inconfidência se firmasse como grande emissora, todos os segmentos da moderna radiofonia foram implantados, com programas dedicados às donas de casa, aos jovens, aos esportistas e ao povo em geral. Foram contratados os melhores músicos e maestros, e formou-se a Grande Orquestra Inconfidência, que foi responsável por milhares de concertos sinfônicos de grande sucesso pelas ondas da emissora. Além da Grande Orquestra, havia outras menores, para acompanhamentos de cantores, e também orquestras de câmara e vários conjuntos musicais.

O esporte e o radioteatro mereceram especial apoio da direção da emissora, que contratou os maiores nomes do rádio brasileiro nessas categorias. O sucesso foi total e duradouro. O radioteatro, os espetáculos musicais e o esporte levaram a Inconfidência a obter os maiores índices de audiência do rádio brasileiro.

Como consequência do sucesso alcançado pela Rádio, a direção da emissora foi obrigada a construir um imenso auditório, com 2 mil lugares, junto ao estúdio, na

Feira de Amostras, onde também estavam localizados os demais departamentos da Rádio. Os programas de auditório da emissora corresponderam plenamente às expectativas. Semanalmente, os microfones da Inconfidência recebiam os maiores artistas da música brasileira e internacional. Os jornais falados marcaram a fase áurea do jornalismo radiofônico da época, com destaque especial para o famoso Repórter Esso, irradiado por apenas três emissoras brasileiras, a Rádio Nacional, no Rio, a Tupi, em São Paulo, e a Inconfidência, em Minas. Na seqüência dos grandes "shows" de auditório, das jornadas esportivas, das radionovelas, dos programas educativos, dos concertos sinfônicos, dos programas humorísticos, havia também uma variada programação em línguas estrangeiras, irradiada em ondas curtas e dirigida ao exterior.

Nesses 60 anos, a Inconfidência criou uma verdadeira escola de rádio, nas áreas técnica, artística e cultural. Durante todo esse tempo, sempre foi uma empresa pública querida dos mineiros, destinada à prestação de serviços, informações, entretenimento e a promover a integração entre todos os municípios de Minas Gerais.

Atualmente são 4 emissoras radiofônicas, 24 horas por dia no ar, compondo o sistema Rádio Inconfidência, que está presente em Minas, no Brasil e no exterior, veiculando informações, nossa música, cultura e costumes. A FM 100,9MHz alcança um raio de 100km ao redor de Belo Horizonte. É dirigida a um público formador de opinião, veiculando exclusivamente música brasileira, especialmente a mineira, tendo como parâmetro principal da programação a alta qualidade musical. O jornalismo é orientado para a prestação de serviços à população da Grande Belo Horizonte, com intensa cobertura dos eventos de cultura e lazer. As Ondas Médias 880kHz atingem todos os municípios mineiros com a alta potência de seu transmissor, de 100kw. Eclética, dirigida às populações urbanas do Estado e do País, a Inconfidência tem como mola-mestra de sua programação o entretenimento, o jornalismo e o esporte. O jornalismo dá ênfase à área política, atuando como fonte de repercussão e interação entre o interior do Estado e a capital. Coloca-se como uma rádio com compromissos, aberta à maioria da população em suas diversas classes e faixas de idade. As Ondas Curtas 49m, 6.010kHz, Onda Rural, direcionam-se à população rural de Minas e do Brasil, cumprindo um papel educacional e informativo. A emissora tem uma linha de jornalismo especial, que, além de suprir interesses próprios do homem do campo, leva a todo o Estado e ao País as ações dos Poderes Executivo e Legislativo mineiros. Possuindo longo alcance, a Onda Rural objetiva também melhorar a comunicação dos mineiros com outros Estados, além de promover o intercâmbio entre produtores rurais. As Ondas Curtas 19m, 15.190kHz, Onda Internacional, dirigem-se aos brasileiros ausentes e aos estrangeiros interessados no Brasil. A emissora transmite em cadeia com a FM ou as Ondas Médias, alternadamente. Na programação, música brasileira, especialmente a mineira, jornalismo e esportes.

Chamo a atenção dos Deputados para esta nota agradável. Quero parabenizar a Rádio Inconfidência pelo transcurso de seu 60º aniversário. Não querendo fazer uma reunião especial para comemorarmos a data, chamo a atenção da população de Minas Gerais, através de seus representantes, registrando voto de congratulações com aquela Rádio, que tem envidado todos os esforços possíveis para a manutenção da emissora, que tão bons serviços prestou a Minas Gerais. Engrandeço essa emissora radiofônica, que é orgulho de todos os mineiros.

Termino, Sr. Presidente, parabenizando a atual direção da Rádio Inconfidência, cumprimentando seu atual Presidente, Paulo Rogério Ayres Lage, e toda a sua equipe de diretoria, funcionários e repórteres. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nossa idéia, hoje, é apresentar um "pot-pourri" de assuntos.

Primeiramente, quero cumprimentar o Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que, ontem, aqui esteve chamando-nos a atenção para o problema das estradas da região do Sul de Minas. Queríamos parabenizá-lo pela análise, pelo levantamento do problema e pela sugestão de trazer, aqui, autoridades do DER, para que possam debater com este parlamento o problema das nossas estradas.

Sabemos da grave dificuldade financeira do País, particularmente dos Estados e dos municípios, mas temos de estabelecer prioridades. Quando, lamentavelmente, as nossas estradas se deterioram, ficamos preocupados, porque a deterioração para chegar a um estado em que será necessário um reasfaltamento, e não, um simples tapa-buracos, que poderia ter sido feito, evitando que as nossas estradas chegassem a esse estado de deterioração total.

Queremos cumprimentar também o Deputado Bilac Pinto, figura simpática, atuante nesta Assembléia, o qual, também, aqui esteve, ontem, enaltecendo a indicação do Ministro do STF, Francisco Resek, para a Corte Internacional de Haia, posto tão decantado, outrora ocupado pelo notável Rui Barbosa. Fazemos coro também com o Deputado Sebastião Navarro Vieira, que o aparteu ontem. Queremos cumprimentar o Ministro Francisco Resek pela sua indicação para a Corte Internacional de Haia.

Queremos, também, cumprimentar a Deputada Elbe Brandão, que trouxe como tema o Fórum das Américas. Precisamos, realmente, estar atentos e prestigiar o Governo na

realização desse evento, um acontecimento de mais alta importância para o Estado de Minas Gerais, para o Brasil e para a América Latina.

Mas o assunto principal que nos traz à tribuna, hoje, é o Seminário Estudantil sobre a Companhia Vale do Rio Doce e a Soberania Nacional, do qual participamos, realizado na Faculdade de Medicina da UFMG, pela União Municipal dos Estudantes Secundários de Belo Horizonte. Havia lá quase duas centenas de estudantes secundaristas, para nossa surpresa, num momento em que se diz que a nossa juventude está alienada. Ficamos surpresos realmente com o interesse da juventude estudantil de Belo Horizonte, representativa dos mais diversos colégios da Capital, que lá estavam para debater com pessoas do gabarito do Prof. Aluísio Pimenta, Reitor da UEMG; com o eminente engenheiro Aureliano Chaves de Mendonça, ex-Governador do Estado de Minas Gerais, ex-Presidente da República e ex-Ministro das Minas e Energia; com o Vereador de Belo Horizonte, o nacionalista Celso Brant, Presidente do Partido da Mobilização Nacional, e, pela Assembléia Legislativa, com o Deputado Alberto Pinto Coelho, que continua, nesta Casa, a sua faina de coleta de assinaturas para aquilo que denominou de Frente Mineira Parlamentar contra a Privatização da Vale do Rio Doce, e que já conta com quase cinco dezenas de assinaturas de colegas desta Casa. Isto é, sobretudo, alvissareiro, porque entendemos que, quando uma quantidade de parlamentares, que já perfazem praticamente 2/3 do Legislativo mineiro, apõem sua assinatura em um manifesto contra a privatização da CVRD, é deveras sintomático, é deveras alvissareiro, porque entendemos que não mais estão em jogo, neste momento, ideologias radicalizadas, idéias ultrapassadas, mas sim um somatório de esforços e de pensamentos dos mais variados da política mineira contra a absurda e equivocada disposição do Governo Fernando Henrique Cardoso de privatizar essa empresa. Para nossa surpresa, ontem de manhã, quando trafegávamos pelas ruas de Belo Horizonte, ouvindo o jornal da Itatiaia, tivemos a oportunidade de escutar as palavras do Presidente da República; abro parêntese - em quem não votei para Presidente da República, felizmente - fecho parêntese. Ouvindo as palavras do intelectual Fernando Henrique Cardoso, ex-mestre da Sorbonne, fiquei estupefato e estarrecido. Suas palavras eram convincentes, por se tratar de um Presidente da República, falando em um programa radiofônico, distribuído pela RADIOBRÁS; ele não teve realmente argumentos plausíveis, concretos e sensatos para justificar a venda, ou melhor dizendo, a doação da CVRD. Eu não diria privatização, como dizem alguns "experts" da economia, dos negócios. Nos moldes em que se planeja a alienação desse importante patrimônio nacional, já não se trata mais de privatização ou de venda, mas sim de doação. O Presidente da República não convenceu os ouvintes da RADIOBRÁS, particularmente ontem, no jornal da Itatiaia, quando apelava para que os brasileiros de bom senso ponderassem melhor e não ficassem como uma grande parcela dos políticos, que querem tirar proveito da privatização da Vale do Rio Doce. Nesse aspecto, de vez em quando, ele alfinetava o ex-Presidente Itamar Franco, que foi quem o glorificou e o levou à Presidência da República, porque Itamar o conduziu ao Ministério da Fazenda, para que ele fosse um dos pais do Plano Real e, por conseguinte, fosse guindado à Presidência da República pelo sufrágio do eleitorado brasileiro. Ele alfinetava Itamar dizendo que Itamar havia privatizado a Cia. Siderúrgica Nacional. Mas nós entendemos que há grande diferença entre privatizar a Cia. Siderúrgica Nacional, o Grande Hotel de Araxá, o Palace Cassino, de Poços de Caldas, e algumas empresas estatais, inclusive os Bancos estaduais, como o CREDIREAL e o BEMGE, e outras empresas desse tipo e privatizar uma empresa estratégica, como a CVRD.

Queremos dizer que o Presidente está equivocado quando diz que não vai arredar o pé da sua idéia de privatizar a Vale do Rio Doce. O Presidente da República e os entreguistas que o assessoram se cuidem, porque o povo começa a se mobilizar. Ontem, houve a promessa dos estudantes de Belo Horizonte, da União Municipal dos Estudantes Secundários, e também dos estudantes da União Brasileira de Estudantes Secundários - UBES - de se manifestarem. E os estudantes, num gesto que poderá repetir o movimento dos cara-pintadas, que lutaram pelo "impeachment" do Presidente Collor, estão prontos para sair às ruas e, tenho a certeza, com lideranças importantes deste País, porque já não se trata mais, agora, de dizer que quem está à frente, neste momento, é a CUT, com seu radicalismo; não se trata mais de dizer que são entidades sindicais radicalizadas que estão se opondo à privatização da Vale do Rio Doce. Num momento dessa importância, em que os estudantes vão se mobilizar, o Presidente que se cuide, porque o povo estará nas ruas, e ele vai ter que respeitar esse movimento de mobilização nacional.

Tenho a grata satisfação de dizer que, dia a dia, nesta Assembléia Legislativa, os colegas têm passado por este microfone, nesse movimento de defesanacionalista - sem xenofobia - da Vale do Rio Doce. Alberto Pinto Coelho, do PPB; Antônio Roberto, do PMDB; Carlos Pimenta, do PL; Sebastião Helvécio, do PPB; Ibrahim Jacob, do PDT; Jorge Hannas, do PFL, e quase toda a Bancada do PT: Ivo José, Maria José Haueisen, todos têm passado aqui e manifestado o seu repúdio à privatização da Vale. E esse movimento continuará.

O Deputado Anderson Adauto (Em aparte)* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estava ouvindo as suas palavras e gostaria de iniciar minha fala fazendo um comentário sobre o número de Deputados que V. Exa. diz terem se posicionado de forma clara sobre a privatização da Vale do Rio Doce. Em primeiro lugar, no meu entendimento, o número de Deputados que assinaram a lista é muito maior. A Assembléia de Minas já se posicionou, quase que com a totalidade dos Deputados. Parece-me que já passa de 50 o número de Deputados Estaduais que já assinaram a lista passada pelo Deputado que iniciou o movimento.

Em segundo lugar, quero dizer que alguns Deputados tiveram a oportunidade, assim como V. Exa., de ocupar a tribuna, até este momento. E a maioria dos que assinaram a lista não tiveram essa oportunidade, mas, no meu entendimento, todos eles, cada um à sua maneira, irão ratificar, da tribuna, o seu gesto de assinar a lista, para que sua posição fique bem explícita. Na minha compreensão, é muito importante que haja essa manifestação pública da posição de cada um dos Deputados, porque nós, estamos querendo preservar o que resta do patrimônio público, que foi construído graças à garra e, principalmente, aos recursos de todos os brasileiros. É muito importante a participação do Deputados na tribuna, porque estamos sendo rotulados de pré-históricos pela grande imprensa, que é favorável à participação dessa empresa, quando, queremos, apenas, defender o patrimônio público. Queremos fazer com que não haja um empreguismo desmesurado, como hoje acontece, como querem fazer com a Vale e fizeram, no passado, com o setor siderúrgico. Por esses motivos, estamos sendo rotulados de pré-históricos, mas, na verdade, essa é uma questão que nos remete ao campo filosófico. Eu, particularmente, que estou dando, hoje, o meu testemunho contrário à privatização da Vale, não temo esse rótulo de pré-histórico que está sendo dado a algumas pessoas que querem repensar este País e defender seu patrimônio público.

Quero parabenizar o Deputado Marco Régis pela posição assumida na tribuna da Casa, neste momento.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marco Régis - Queremos agradecer o oportuno aparte do Deputado Anderson Adauto e dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que estamos concluindo o nosso raciocínio. Queremos registrar os parabéns daqueles que estão contrários à privatização da Vale do Rio Doce, não por tendências "dinossáuricas", mas por tendências patrióticas, porque essa conversa fiada de globalização não nos dá o direito de perdermos a soberania desta Nação, tão esplendorosa, que é o Brasil.

Queremos parabenizar os estudantes secundaristas de Belo Horizonte pela iniciativa de terem feito, ontem, uma reunião na Faculdade de Medicina, abrilhantada com a presença do Prof. Aluísio Pimenta, do ex-Governador Aureliano Chaves, do Vereador Celso Brant, do Deputado Alberto Pinto Coelho e de lideranças sindicais, e dizer que Minas vai se levantar porque tem a tradição dos inconfidentes mineiros no seu sangue. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 3/12/96, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa n° 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções n°s 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa n° 867, de 13/5/93, e de conformidade com a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa n° 1.279, de 1995, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Andrade

tornando sem efeito o ato publicado no "Diário do Legislativo" de 30/11/96 que nomeou José Gonçalves de Araújo para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05; nomeando Maura de Sales Cruzeiro Araújo para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05.

Nos termos da Deliberação da Mesa n° 269, de 4/5/83, c/c as Resoluções n°s 5.086, de 31/8/90, 5.090, de 29/12/90, 5.132, de 31/5/93, e 5.134, de 10/9/93, e de conformidade com as Deliberações da Mesa n°s 970, de 14/9/93, e 1.225, de 14/6/95, assinou o seguinte ato:

dispensando Helma Clark Hattler da Função Gratificada de Nível Médio - FGM -, com exercício na Secretaria-Geral da Mesa, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos da Deliberação da Mesa n° 269, de 4/5/83, e nos termos do art. 21 da Resolução n° 5.086, de 31/8/90, c/c o disposto no art. 7° da Resolução n° 5.123, de 4/11/92, assinou o seguinte ato:

nomeando Helma Clark Hattler para o cargo em comissão e de recrutamento limitado de Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral da Mesa, padrão S-02, código AL-DAS-2-04, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria.

TERMO DE CONTRATO

Tomada de Preços N° 3/96

Comissão Permanente de Licitação

Data de julgamento: 3/12/96.

Objeto: aquisição de protetores para as redes elétrica e de comunicação de dados.

Licitantes vencedoras: Clamper Indústria e Comércio Ltda. (itens 1 e 2); Fix Center Eletrônica Ltda. (item 3).

Valores (itens 1 e 2): R\$21.512,50; (item 3): R\$224,00.

Belo Horizonte, 3 de dezembro de 1996.

Rômulo de Oliveira, Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO

Resultado de Julgamento de Licitação

Convite n° 137/96 - Objeto: aquisição de diversos materiais de reprografia. Licitantes vencedores: Xerox do Brasil Ltda. e Copygraph do Brasil Imp. Com. e Repres. Ltda.

Extrato de Convênio

Termos de Convênio que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as Entidades abaixo discriminadas, cujo objeto é a concessão de subvenção social e auxílio para despesa de capital

Convênio N° 02399 - Valor: R\$25.000,00.

Entidade: Associação Esportiva Comun. Conjunto Henrique Saporì - Ribeirão Neves.

Deputado: Antonio Genaro.

Convênio N° 02417 - Valor: R\$30.000,00.

Entidade: Associação Servidores Cristãos - ACRISPU - Belo Horizonte.

Deputado: Glycon Terra Pinto.

ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 30/11/96, pág. 23, col. 1, onde se lê:

"Rodrigo dos Santos Monteiro", leia-se:

"Rodrigo Monteiro dos Santos".

PROJETO DE LEI N° 1.016/96

Na publicação do projeto de lei em epígrafe, verificada na edição de 14/11/96, na pág. 16, col. 4, no item 1 do § 8° do art. 22, onde se lê:

"bem como outras mercadorias", leia-se:

"bem como com outras mercadorias".
